



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 60ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos oito dias do mês de dezembro de 2010, no salão nobre da sede do Arquivo
2 Nacional, na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência de
3 Jaime Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ,
4 foi realizada a sexagésima Reunião Plenária do CONARQ. Participaram da reunião,
5 representando o Poder Executivo Federal: João Batista Ferri de Oliveira (titular), do
6 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e José Carlos Esteves Francisco
7 (suplente), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Francisca Helena
8 Barbosa Lima (suplente), do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM representando o
9 Poder Judiciário Federal: Leda Marlene Bandeira (suplente), representando o Poder
10 Legislativo Federal: Laila Monaiar (suplente), da Câmara dos Deputados, representando
11 os Arquivos Públicos Estaduais: Paulo Knauss (titular); representando os Arquivos
12 Públicos Municipais: Maria do Carmo Alvarenga de Andrade Gomes (titular), do
13 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e Roberto de Assis Tavares de Almeida
14 (titular), da Fundação Arquivo e Memória de Santos; representando as Associações
15 Arquivísticas Brasileiras: Daniel Beltran Motta (suplente), da Associação dos
16 Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro; representando as instituições que congreguem
17 profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes
18 documentais: Suely Braga da Silva (titular), da Fundação Getúlio Vargas – FGV e Thais
19 Helena Slaibi de Almeida (suplente), da Associação Brasileira de Conservadores-
20 Restauradores de Bens Culturais – ABRACOR. Justificaram suas ausências: Alfredo
21 Tiomno Tolmasquim (titular), do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Alexandre
22 Libonati de Abreu (titular), Juiz Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro; Janeth
23 Aparecida Dias de Melo (titular), do Supremo Tribunal Federal e Kathya Scarlet
24 O'Hara Campelo Bezerra (suplente), do Supremo Tribunal Federal; Francisco Maurício
25 da Paz (titular), do Senado Federal e Antônio Alberto de Carvalho (suplente), do
26 Senado Federal; Frederico Silveira dos Santos (titular), da Câmara dos Deputados;

27 Maria Izabel de Oliveira (titular) e Maria Esperança de Rezende (suplente), do Arquivo
28 Nacional; Maria Teresa Navarro de Britto Matos (titular), do Arquivo Público do Estado
29 da Bahia; Daysi Lúcia Ramos de Andrade (titular), Departamento Estadual de Arquivo
30 Público do Paraná e Carlos de Almeida Prado Bacellar (suplente), do Arquivo Público
31 do Estado de São Paulo; Maria Virginia Moraes Arana (titular), da Universidade
32 Federal do Espírito Santo; Maria do Rocio Fontoura Teixeira (suplente) , da
33 Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Adelina Cruz, (suplente) do Centro de
34 Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da
35 Fundação Getúlio Vargas. Secretariaram os trabalhos Marilena Leite Paes,
36 Coordenadora do CONARQ, com a colaboração de Domicia Gomes. O presidente do
37 CONARQ, Jaime Antunes da Silva inicia os trabalhos da 60ª Reunião Plenária do
38 CONARQ, submetendo ao Plenário o primeiro item de pauta programado, qual seja,
39 proposta de criação, no âmbito do CONARQ, de uma Comissão Especial para Gestão
40 Documental do Foro Extrajudicial, com o objetivo de propor ações e procedimentos
41 para a modernização, organização e gestão documental dos acervos dos Cartórios de
42 Registro de Imóveis da Amazônia Legal, de conformidade com os dispositivos previstos
43 na Resolução nº 110, de 6 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça.
44 Continuando, o presidente passa a palavra ao Juiz Marcelo Berthe para prestar outros
45 esclarecimentos sobre o assunto. Inicia sua apresentação agradecendo ao CONARQ a
46 acolhida de sua proposta, informando sobre as reflexões de um grupo que já se
47 preocupava com a citada documentação, julgando fundamental organizar o registro de
48 imóveis na região da Amazônia Legal, região que vive em grande desordem fundiária,
49 ocasionando insegurança jurídica sobre a propriedade. Diante disso, o grupo que vinha
50 estudando o assunto elaborou um plano de ação para a organização e normalização do
51 serviço de registro de imóveis. Dentre essas ações, está a criação, no CONARQ, da
52 Comissão Especial para Gestão Documental do Foro Extrajudicial. Continuando, o Juiz
53 Marcelo Berthe diz que o grupo visitou o acervo documental das unidades de registro de
54 imóveis, em vários estados, e que tais acervos encontram-se muito danificados,
55 necessitando ser restaurados. Além disso, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que
56 dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de
57 assentamentos localizados em áreas urbanas, determina, em seu art. 39, que “os atos
58 registrais praticados a partir da Lei nº 6.015 (Lei de Registros Públicos), serão inseridos
59 no Sistema de Registro Eletrônico, no um prazo de até 5 anos a contar da publicação
60 desta Lei”. Esses documentos eletrônicos também devem passar por uma normatização

61 para que não seja perdido esse acervo. Diz ainda que o objetivo da Comissão seria
62 elaborar uma Resolução Conjunta do CONARQ e CNJ sobre a conservação e guarda
63 desses acervos, a qual terá poder normativo sobre todo o serviço extrajudicial no país.
64 Complementando as informações do juiz Marcelo Berthe, o juiz Antonio Alves Braga,
65 esclarece que a idéia inicial era promover a modernização dos cartórios da Amazônia,
66 com o objetivo de tornar mais segura a informação do registro de imóveis, reduzindo o
67 conflito fundiário. Para tanto, planejou-se formar um kit básico de informática a ser
68 adotado pelos cartórios, mas a idéia avançou para criação de um modelo de registro de
69 imóveis digital, que ainda não existe no Brasil, por falta de equipamentos e
70 normalização. Diz que a expectativa do grupo é elaborar, com a Comissão, esse modelo
71 de sistema eletrônico de registro de imóveis para que o CNJ possa realizar treinamento
72 do pessoal de cartórios a partir desse sistema. Continuando, o Sr. Sérgio Jacomino,
73 registrador imobiliário de SP e integrante do grupo, relata suas experiências, concluindo
74 que, em sua opinião, o grande problema é a falta de uma norma, para todas as
75 Comarcas, que regule a organização e a classificação dos acervos dos cartórios. Destaca
76 a importância histórica dos acervos cartorários e expressa sua preocupação quanto à
77 preservação dessa documentação caso não sejam editadas normas especiais pelos órgãos
78 específicos para esse fim como o CNJ e o CONARQ. Em seguida, o Presidente do
79 CONARQ passa a palavra aos Conselheiros que desejassem fazer perguntas sobre o
80 assunto. O Conselheiro José Carlos Esteves indaga sobre o tipo de auxílio que
81 efetivamente o grupo esperava receber do CONARQ. O Presidente Jaime passa, então, a
82 informar sobre algumas normas desenvolvidas pelo CONARQ que seriam de grande
83 utilidade para o sistema a ser desenvolvido, como a Resolução que trata sobre a
84 digitalização de documentos com qualidade arquivística e o sistema MOREQ-Jus,
85 baseado no e-Arq, em cooperação com o CNJ. O Conselheiro José Carlos Esteves
86 pergunta, ainda, se a idéia do grupo é levar todo o documento digitalizado para a base
87 de dados do sistema a ser criado ou apenas uma quantidade mínima de dados
88 considerados necessários. O Sr. Sérgio Jacomino responde que, nas discussões
89 preliminares, ficou evidente que, no grupo, existe uma dúvida sobre qual seria a
90 principal missão do registro público:- dar publicidade ou dar proteção à privacidade, já
91 que o acervo deles é basicamente composto de documentos de direito privado. Essa é
92 uma das indagações cuja resposta o grupo espera encontrar no CONARQ. O
93 Conselheiro Roberto de Assis Tavares de Almeida indaga sobre a possibilidade dos
94 pesquisadores terem acesso ao acervo, já que os cartórios não são entidades preparadas

95 para receber os pesquisadores. A Conselheira Francisca Helena enfatiza a pergunta do
96 Conselheiro Roberto de Assis já que ajuda a esclarecer a abrangência de atuação da
97 Câmara / Comissão a ser criada. Além disso, pergunta quem seria o “dono” da
98 documentação produzida pelos cartórios. O juiz Marcelo Berthe responde que o acesso
99 ao acervo para pesquisa deverá ser viabilizado, com exceção dos documentos que
100 possam afetar a privacidade de terceiros. Sobre a pergunta da Conselheira Francisca, o
101 juiz Marcelo Berthe responde que o acervo é público, já que o registrador recebe a
102 delegação de um serviço público por meio de concurso, recebendo a guarda do acervo
103 por confiança. Com isso, o Poder Judiciário poderia autorizar que os documentos dos
104 registros de imóveis fiquem sob a guarda do arquivo público. O Conselheiro João
105 Batista Ferri de Oliveira, Diretor do Departamento de Governo Eletrônico da Secretaria
106 de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento,
107 Orçamento e Gestão fala sobre algumas iniciativas do Governo Federal no sentido de
108 informatizar algumas de suas áreas e que poderia estabelecer contato com os
109 responsáveis por esses projetos para repassar informações ao grupo. Outro ponto a
110 destacar é a criação do acervo eletrônico e a estrutura do serviço a ser criado, de forma
111 que possa ser utilizado por pesquisadores, entes da administração pública ou outras
112 pessoas interessadas em ter acesso a tais documentos. O juiz Marcelo Berthe informa
113 que está em vias de celebrar um acordo de cooperação técnica com o SIVAM, antes
114 subordinado ao Ministério da Defesa e agora ligado diretamente a Casa Civil
115 (CENSIPAM). O juiz Antonio Braga complementa a informação dizendo que o
116 CENSIPAM coopera com outros 40 órgãos para fornecimento de informações captadas
117 na Amazônia. Finaliza dizendo que a lei dos registros públicos dispõe sobre a
118 obrigatoriedade do uso de alguns livros, como os de matrículas dos imóveis, o livro de
119 protocolo de entrada, livro de registro auxiliar, e que toda a informação constante dos
120 livros circula em meio digital. A tendência é tornar todo esse registro, que hoje é em
121 papel, em meio digital. Sobre a disponibilidade da informação, o juiz Antonio Braga
122 informa que, no futuro, o acesso não seja completo, sendo disponibilizado apenas
123 alguns campos mais genéricos. A Conselheira Marilza pergunta se o grupo tem idéia de
124 quais produtos poderão ser elaborados dentro do prazo de vigência da Comissão
125 Especial a ser criada no CONARQ e se existe alguma relação do grupo com o projeto
126 “Luz para todos,” que pretende universalizar a energia elétrica no país. O juiz Marcelo
127 Berthe responde que conhece o projeto e que o grupo está trabalhando com a Eletrobrás
128 e com a Norte Energia. Desse trabalho deverá resultar um acordo de cooperação técnica.

129 Relativamente às questões operacionais, o juiz Antonio Braga diz que tão logo seja
130 aprovada a Comissão Especial o grupo vai sugerir o nome de alguns membros,
131 completando sugestões do próprio CONARQ. Propõe que a Comissão seja solenemente
132 instalada em Brasília, o que foi aprovado. Quanto ao prazo de funcionamento da
133 Comissão o juiz Marcelo Berthe informa que o grupo tem interesse em finalizar o
134 trabalho o mais breve possível para atender a grande demanda já existente. Quanto aos
135 seus objetivos, o Presidente do CONARQ informa que a Comissão, tem por objetivo
136 traçar o escopo do projeto e definir suas etapas de trabalho. A implementação do projeto
137 deverá ocorrer ao longo dos anos devido às suas dimensões. O Conselheiro José Carlos
138 Esteves indaga se a coordenação da Comissão será exercida pelo Conselho Nacional de
139 Justiça - CNJ. Ao que o Presidente do CONARQ responde afirmativamente. O
140 Conselheiro João Batista Ferri de Oliveira, informa que a SLTI participa de um grupo
141 inter-ministerial sobre cartórios, cujo representante é o Sr. Cláudio Cavalcante, e julga
142 que a inclusão do CONARQ nessa Comissão Especial é muito importante pelos
143 trabalhos que realiza. A Conselheira Maria do Carmo pergunta se existe algum plano de
144 destinação a ser aplicado aos documentos originais que serão digitalizados. O juiz
145 Marcelo Berthe diz que os documentos extrajudiciais são, em princípio, de guarda
146 permanente. Assim, não há razão para se discutir uma tabela de temporalidade no
147 primeiro momento. Encerradas as perguntas, e não havendo mais dúvidas a esclarecer, o
148 Presidente do CONARQ coloca em votação a criação da Comissão Especial, lembrando
149 que as despesas com diárias e passagens ficarão a cargo do CNJ. Aprovada a criação, o
150 Presidente do CONARQ informa os nomes sugeridos pelo grupo para integrar a
151 Comissão, a saber: Marcelo Berthe, Antonio Braga (juízes), Sérgio Jacomino e
152 Flausilino Araujo dos Santos (registradores), Jayme Spinelli, especialista em
153 preservação de documentos, da Biblioteca Nacional. O Presidente do CONARQ sugere
154 que se inclua ainda representantes das Câmaras de Documentos Eletrônicos e de
155 Normalização da Descrição Arquivística do CONARQ. A Conselheira Leda Marlene
156 sugere que seja estabelecido relacionamento entre a Comissão a ser criada com a
157 Comissão da Digitalização Registrada, que estuda o PL 23/2010, em razão do objeto
158 comum de seu interesse. O Conselheiro Daniel Beltran sugere ainda que se inclua um
159 representante do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI. O Presidente
160 informa que, tão logo seja editada e publicada a Portaria relativa à criação e
161 composição da Comissão Especial para Gestão Documental do Foro Extrajudicial, a
162 mesma será circulada para os Conselheiros. O juiz Marcelo Berthe agradece, mais uma

163 vez, o acolhimento da proposta por parte do CONARQ. Dando prosseguimento aos
164 trabalhos, o Presidente do CONARQ passa para o item seguinte da pauta, ou seja, a
165 apresentação de Antônio Gonçalves, presidente da Câmara Técnica de Preservação de
166 Documentos, sobre a publicação “Recomendações para a salvaguarda de acervos
167 documentais que sofreram sinistros ocasionados por água” e os resultados dos exames
168 técnicos realizados no Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT com papel reciclado. O
169 Presidente do CONARQ relata que, na última reunião do Sistema de Gestão de
170 Documentos de Arquivo-SIGA da Administração Pública Federal representantes do
171 Ministério da Saúde informaram que o Ministério recebe propostas de compra de
172 remédios em papel reciclado, muitas vezes impressos na frente e no verso. Informa
173 ainda que o Poder Judiciário está usando papel reciclado excessivamente e sem a
174 certificação de que tais papéis são indicados para a produção de documentos de arquivo,
175 sendo o uso desse papel utilizado, inclusive, como elemento classificatório para
176 premiação do Tribunal que utilize papel reciclado. Antonio Gonçalves inicia sua
177 apresentação, fazendo um breve histórico do que havia sido deliberado na reunião
178 anterior sobre os testes de três marcas de papel reciclado, a serem realizados pelo
179 Agrupamento Técnico de Celulose e Papel do IPT, dirigido por Maria Luisa Otero.
180 Antonio Gonçalves apresenta um resumo dos resultados dos testes realizados,
181 chamando a atenção para os dados “número kappa”, em que apenas a marca Eco
182 Millenium obteve índice dentro do recomendado na norma ISO 9706. Os valores de pH
183 e reserva alcalina apresentaram-se dentro do recomendado; no teste de envelhecimento
184 artificial acelerado; o papel reciclado apresentou diminuição no valor de alvura. O
185 escurecimento do papel é um indicador de seu envelhecimento, demonstrando como o
186 papel se comportará no processo de envelhecimento natural. Antonio explica que o
187 índice acima do recomendado de “número kappa” pode estar relacionado ao uso de
188 rejeito do processo de polpação de madeira para a fabricação do papel reciclado. Os
189 membros da Câmara Técnica de Preservação de Documentos concluíram que essas
190 características do papel reciclado desaconselham o uso desse papel na produção de
191 documentos permanentes. Antonio acrescenta que de posse desses resultados, os
192 membros da Câmara já podem escrever o item n. 6 da publicação “Recomendações
193 sobre o Uso de Papel Reciclado na Produção de Documentos”, da qual será extraída
194 nova minuta a ser submetida aos Conselheiros que, se julgarem conveniente, poderão
195 sugerir que o documento seja submetido a nova consulta pública ou que as
196 Recomendações sejam aprovadas pelo Plenário do CONARQ e, finalmente editorada e

197 publicada. Continuando, Antonio informa que entrou em contato com Adriano Lopes,
198 representante do Comitê Brasileiro de Documentação (CB-12) da ABNT, com o qual
199 pretende redigir a minuta das Recomendações, realizando assim um trabalho conjunto
200 CONARQ/ABNT. Antônio diz que a previsão para finalizar o trabalho é abril de 2011.
201 A Conselheira Suely Braga pergunta se os fabricantes são os principais do país e se o
202 papel Eco Millenium atende a todos os requisitos. Antonio diz que pelo Índice Kappa
203 sim, mas que pelo teste de arrancamento de fibra (Dennison), que normalmente é
204 utilizado em papelão, mas aplicável ao papel reciclado por este ter características
205 parecidas, ficou comprovado que o papel reciclado pode deixar partículas de papel nas
206 impressoras. A Conselheira Suely sugere que, se possível, se aumente a quantidade de
207 marcas analisadas, já que a questão da reciclagem é uma demanda constante do mundo
208 moderno. O Conselheiro Daniel Beltran se reporta à reunião passada em que Antonio
209 comentara que o processo de fabricação do papel reciclado no Brasil não traz tantos
210 benefícios para o meio ambiente, no que se refere ao uso de água. A Conselheira Leda
211 Bandeira informa que o Poder Judiciário tem uma expectativa muito grande quanto à
212 recomendação do uso do papel reciclado. Antonio informa que Maria Solange, chefe do
213 setor de conservação do Superior Tribunal de Justiça - STJ, já possui um parecer
214 desaconselhando o uso do papel reciclado no STJ. A Conselheira informa que já tinha
215 conhecimento desse parecer, mas que o Conselho Nacional de Justiça CNJ aguardava
216 um posicionamento do CONARQ sobre o assunto para rediscutir o uso do papel
217 reciclado em todo o Poder Judiciário. Continuando, Antonio informa que os membros
218 da Câmara Técnica de Preservação de Documentos ainda não se reuniram depois do
219 recebimento dos resultados do papel, o que deverá ocorrer ainda em dezembro para
220 deliberar sobre o assunto. Em conversa com alguns dos membros, Antonio diz que a
221 tendência é pela não-recomendação do papel reciclado para produção de documento
222 permanente, mas apenas de documentos correntes. O Conselheiro João Batista diz que
223 ao realizar uma consulta na Internet encontrou editais de compras de resmas de papel
224 reciclado das marcas Eco Millenium, Report e Xerox. O Conselheiro João Batista
225 sugere que, tão logo o Plenário delibere sobre o assunto, a decisão seja imediatamente
226 repassada para o sistema compras.net, que realiza os pregões do Governo Federal. A
227 Conselheira Suely Braga sugere que os produtores de papel sejam obrigados a indicar a
228 qualidade de seu papel considerando-se os índices recomendáveis pela ABNT. O
229 Conselheiro Daniel Beltran sugere que se envolva o INMETRO neste processo. A
230 Conselheira Thais Helena sugere, ainda, que se envie os resultados de testes para as

231 indústrias produtoras de papel reciclado. Antônio Gonçalves diz que enviará os
232 resultados para a Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP, que
233 possui representantes de todas as indústrias de papel. A Associação descreve as
234 especificações e os testes para a área papelreira. A Conselheira Marilza indaga da
235 possibilidade de ampliação da amostragem com a colaboração do INMETRO, o qual
236 poderia realizar os testes a partir dos critérios estabelecidos pela Câmara. Antônio
237 informa que deverá procurar o INMETRO após contatos com a citada Associação. Em
238 seguida, os Conselheiros José Esteves e Daniel Beltram fizeram algumas indagações e
239 comentários sobre o assunto. O Conselheiro José Esteves indaga, ainda, sobre as
240 competências do CONARQ relativamente ao assunto, ou seja, se o papel do CONARQ
241 seria apenas o de dar publicidade aos estudos realizados e entrar em contato com o
242 órgão fiscalizador competente. Antônio responde que não existe órgão fiscalizador
243 nesse setor. O contato com a ABTCP limita-se apenas a descrever os métodos de
244 análise, mas não determina os requisitos que o papel deve possuir. O Presidente Jaime
245 diz que o CONARQ deve procurar uma aproximação com a ABTCP, o INMETRO e até
246 mesmo com o CB-14 com o objetivo de apresentar esses estudos preliminares que
247 condenam o uso do papel reciclado para produção de documentos de arquivo, visando
248 produzir uma reação da indústria papelreira. O Conselheiro José Esteves pergunta quem
249 gerou a demanda do estudo. Antônio diz que as análises realizadas pela CTPD
250 decorreram das inúmeras mensagens encaminhadas ao CONARQ sobre o uso do papel
251 reciclado na produção de documentos. Julgando estar o assunto devidamente
252 esclarecido, e tendo presente que o tempo estabelecido para discussão do item seguinte
253 da pauta estaria ultrapassado, o Presidente Jaime coloca em discussão, a criação da
254 Câmara Setorial de Empresas do Setor Elétrico ou reformulação da atual Câmara de
255 Empresas Privatizadas. A Conselheira Marilza informa que concorda com qualquer
256 posição a ser adotada e sugere que, na falta de tempo, se realize uma consulta ao
257 Plenário, por e-mail, após a reunião. Aproveita a oportunidade para informar que
258 pretende, junto com Francisca Helena, retomar as discussões sobre a terceirização de
259 serviços arquivísticos, para que possam, já na próxima reunião plenária, apresentar
260 alguma proposição. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente do CONARQ
261 passa novamente a palavra ao Senhor Antonio, que inicia sua apresentação sobre a
262 publicação “Recomendações para o resgate de acervos documentais danificados por
263 água”, informando que Silvana Bojanovisky, professora do curso de conservação e
264 restauro da Universidade Federal de Pelotas alertou os membros da Câmara sobre a

265 forma como está sendo resgatado o acervo do cartório civil de São Luiz do Paraitinga,
266 fato que motivou a aceleração dos trabalhos do grupo. Foi realizada consulta pública
267 entre 24 de setembro e 31 de outubro e o grupo está analisando as sugestões recebidas
268 para elaborar uma segunda minuta que será apresentada aos Conselheiros. Em seguida,
269 Antonio apresenta as sete sugestões recebidas pelo grupo na Consulta Pública,
270 informando que o grupo pretende encaminhar, via e-mail, se possível, até fevereiro de
271 2011, nova minuta ao Plenário com as sugestões recebidas. Neste momento, a reunião é
272 interrompida para o almoço, ficando Antonio de apresentar, na parte da tarde, outros
273 trabalhos que a Câmara pretende produzir. A sessão da tarde da 60ª Reunião é iniciada
274 com a apresentação dos programas de trabalho das Câmaras Técnicas e Setoriais do
275 CONARQ, a começar por Vitor Manoel Marques da Fonseca, presidente da Câmara
276 Técnica de Normalização da Descrição Arquivística. Vitor Manoel informa que a
277 Câmara não se reuniu no último ano e que os trabalhos propostos para serem realizados
278 via e-mail evoluíram pouco, com exceção das citações de documentos arquivísticos.
279 Vitor diz que a Câmara tem uma reunião agendada para fevereiro de 2011 para tratar de
280 normas e diretrizes quanto à entrada de nomes de entidades coletivas, pessoas e
281 famílias; tratar da elaboração e apresentação de instrumentos de pesquisa; encerrar a
282 discussão sobre citação e referência de documentos arquivísticos; realizar estudos com
283 relação ao uso dos formatos codificados EAD, EAC e EAG; prosseguir a análise e
284 aperfeiçoamento do ICA-Atom; elaborar estudos com relação a orientações para
285 vocabulários controlados, thesauros e indexação. O Presidente Jaime pergunta se a
286 questão das citações surgiu da referenciação de documentos por parte de historiadores e
287 usuários da informação. Vitor responde que sim e que isso é importante para o processo
288 de atualização da NOBRADE, que deverá incluir esse tema. A Conselheira Suely
289 pergunta se o código do documento não seria suficiente para a citação. Vitor diz que é
290 necessário ter algumas diretrizes sobre o assunto, já que existem instituições que não
291 citam o fundo, se o documento faz parte de uma série ou dossiê.; enfim, não existe
292 uniformidade. Além disso, só o código em termos de citação fica complicado quando se
293 insere no índice de uma obra. O Presidente Jaime diz que no plano de trabalho do
294 CONARQ para 2011 já constava a atualização do Dicionário e da NOBRADE com
295 vistas a publicação de uma nova edição dos textos. O Presidente do CONARQ solicita
296 que seja passada à Coordenação os prazos temporais para esses processos de revisão.
297 Vitor informa que a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
298 pretende realizar um seminário internacional de descrição, dependendo, é claro, do

299 orçamento do Arquivo Nacional. Vitor diz que o Conselho Internacional de Arquivos
300 irá realizar um compêndio harmonizado de todas as normas de descrição. Com isso,
301 Vitor entende que a conclusão do processo de descrição da NOBRADE só deverá
302 ocorrer depois de finalizado o processo internacional, entre 2011-2012. A Conselheira
303 Maria do Carmo indaga de Vitor se acredita que as mudanças serão profundas para
304 aqueles que já estão aplicando a NOBRADE. O Presidente da Câmara responde que
305 apenas deve ocorrer mudança no cenário internacional, com a compatibilização da área
306 de controle da informação, que será mais semelhante com as outras áreas. Continuando,
307 Vitor apresenta informe sobre um seminário internacional sobre planos de desastres.
308 Encerrada a apresentação do Presidente da Câmara Técnica de Normalização da
309 Descrição Arquivística, o Presidente do CONARQ passa a palavra para Cláudia
310 Lacombe, presidente da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Claudia inicia sua
311 apresentação dizendo que, em 2010, o enfoque da Câmara priorizou a discussão da
312 preservação dos documentos digitais e repositórios desses documentos. Para 2011, a
313 proposta é de se trabalhar com o conjunto de requisitos para repositórios arquivísticos
314 digitais confiáveis. A Presidente da Câmara fala do mau uso da certificação digital
315 como forma de preservar o documento digital como autêntico, devendo o meio correto,
316 entretanto, ser por procedimentos, instituição e sistema de confiança. Outra demanda
317 que a Câmara vem recebendo refere-se à gestão de documentos digitais,
318 especificamente correios eletrônicos. Nesse sentido, a Câmara pretende elaborar
319 algumas diretrizes para que as instituições tenham parâmetros para fazer essa gestão. O
320 Presidente Jaime pergunta se essas propostas possuem um prazo de conclusão para que
321 o Plenário possa compor progressivamente as pautas das reuniões do CONARQ, com
322 um plano de trabalho definido. A Conselheira Suely Braga indaga se houve alguma
323 evolução no sentido de fazer com que os trabalhos produzidos pela Câmara, como o e-
324 Arq, tenham força normativa no âmbito da Administração Pública. O Conselheiro João
325 Batista diz que a SLTI publicou a Instrução Normativa nº. 4, de 12 de novembro de
326 2010, que trata do processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação
327 pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e
328 Informática- SISP do Poder Executivo Federal O Conselheiro diz que a Instrução
329 Normativa nº.4, tem alguns modelos como a E-ping, EMAG, e-Arq. Conselheiro João
330 Batista diz que, em sua opinião, o que deve evoluir é o papel de alguns órgãos na
331 fiscalização como a CGU. O Presidente do CONARQ diz que a observância da IN nº4 é
332 exigida pelo TCU. Claudia Lacombe comenta que se percebe que o mercado está

333 buscando incorporar os requisitos do e-Arq Brasil. O Conselheiro Daniel Beltran diz
334 que o mercado está buscando alternativas para burlar a IN nº 4, vendendo sistemas de
335 gestão de documentos como sistema de automação de bibliotecas ou protocolos
336 eletrônicos. O Conselheiro Paulo Knauss diz que o Estado do RJ em breve finalizará a
337 compra de seu SIGAD. Assim como São Paulo, ambos baseados no e-Arq. Claudia
338 encerra sua exposição informando que a CTDE está realizando testes com alguns
339 sistemas de protocolo, seguindo a metodologia do INTERPARES. Esses estudos de
340 caso devem ser concluídos no final de 2011. O Presidente Jaime agradece a presença de
341 Claudia, lembrando ao Plenário que todos os trabalhos apresentados pelas Câmaras vão
342 além das atividades que os membros possuem nas instituições onde trabalham. Dando
343 continuidade aos trabalhos, José Mauro inicia a apresentação do plano de trabalho da
344 Câmara Setorial de Arquivos de Instituições de Saúde. O Presidente da Câmara diz que
345 na última reunião da Câmara foi elaborada uma pauta de trabalhos para 2011. O
346 primeiro item previsto seria iniciar a elaboração do código de classificação e tabela de
347 temporalidade de atividades-fim para as instituições de saúde, a exemplo do que ocorreu
348 com as Instituições de Ensino Superior, as IFES. Para isso, o grupo entrará em contato
349 com servidores da COGED/AN para saber como os trabalhos foram realizados e
350 convidar hospitais federais de referência na área, pelo menos um hospital estadual, um
351 hospital da área de ensino e um hospital da área militar. Nesse sentido já existe uma
352 reunião agendada para 25 de março. Outro ponto a ser estudado são duas
353 recomendações sobre prontuário eletrônico do paciente e sanar o problema do concurso
354 público para arquivistas, no âmbito do Ministério da Saúde, os quais não foram
355 alocados nos arquivos médicos dos hospitais, ficando em setores como comunicação,
356 diretoria, etc. A Câmara acatou proposta do Plenário e também planeja a ampliação da
357 Câmara, incluindo representantes do CFM e as SBIS. Por fim, tratou-se do último ponto
358 da agenda: - o III Encontro de Arquivos Médicos, a ser realizado na segunda quinzena
359 de abril. O Conselheiro José Esteves sugere que sejam convocados representantes do
360 Ministério da Saúde para participar da Câmara, já que o Ministério possui algumas
361 experiências sobre prontuário eletrônico. José Mauro diz que não vê problema em ter o
362 Ministério da Saúde nas discussões. O Presidente da Câmara ressalta, entretanto, as
363 dificuldades do diálogo do grupo com o Conselho Federal de Medicina - CFM. A
364 Conselheira Maria Izabel sugere que José Mauro entre em contato com o Dr. Márcio
365 (Hospital do Coração) da CSIAS para obter um documento aprovado em caráter
366 preliminar sobre temporalidade de Raios-x. O Presidente Jaime relembra alguns

367 problemas que o CONARQ teve com o CFM. O Presidente Jaime concorda com a
368 posição defendida pela Conselheira Leda Marlene de que o CFM, por ser uma autarquia
369 vinculada ao Ministério do Trabalho está sujeita às regras emanadas pelo CONARQ no
370 âmbito da gestão de documentos. O Presidente Jaime diz que a reunião com o CFM
371 poderia ter a participação do Ministério da Saúde. A Conselheira Leda Marlene indaga
372 sobre qual a justificativa do CFM para legislar sobre gestão documental. José Mauro
373 responde que os membros do CFM entendem que o médico, por assinar o prontuário do
374 paciente, tem a obrigação de proteger as informações sobre o paciente, e o CFM, por
375 sua vez, entende que deve proteger o profissional médico. A Conselheira Leda Marlene
376 indaga se os hospitais públicos seguem as regras do CFM ou do CONARQ. O
377 Presidente do CONARQ explica que os hospitais geralmente seguem a norma do
378 CONARQ, mas encontram resistência por parte dos médicos. Encerrada a apresentação
379 do plano de trabalho da Câmara Setorial de Instituições na Área de Saúde, é iniciada a
380 apresentação de Marcelo Siqueira, presidente da Câmara Técnica de Documentos
381 Audiovisuais, Sonoros e Iconográficos, sobre os planos de trabalho da referida Câmara.
382 Marcelo Siqueira inicia sua apresentação fazendo um breve histórico sobre a criação da
383 Câmara, seus objetivos, currículos dos membros, datas das próximas reuniões da
384 Câmara. Marcelo informa que os membros da Câmara estão divulgando seus trabalhos
385 no meio arquivístico, bem como a elaboração dos textos e materiais a serem inseridos
386 na “página” da Câmara que se encontra em fase final de organização. Marcelo Siqueira
387 explica que a Câmara foi dividida em subgrupos de trabalho para melhor organizar suas
388 atividades. Marcelo diz ainda que um trabalho importante a ser realizado pela Câmara é
389 a elaboração do glossário da área. Marcelo diz que a Câmara chegou a pensar em
390 promover um Seminário a ser realizado em outubro, no âmbito das comemorações da
391 semana da herança audiovisual, promovida pela UNESCO. A Conselheira Leda
392 Marlene diz que existe muito interesse por parte do CNJ nos temas abordados pela
393 Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Iconográficos, já que existe
394 uma crescente demanda do Poder Judiciário relativamente a documentos processuais
395 audiovisuais, além das vídeo-conferências. O Conselheiro José Esteves indaga se a
396 Câmara pretende incluir em sua página web as normas técnicas que editar sobre o
397 assunto. Pergunta, ainda, se a Câmara teria planos para fazer suas reuniões de forma
398 pública, permitindo os diversos setores da comunidade a participarem das discussões.
399 Continuando, o Conselheiro José Esteves indaga sobre a possibilidade de se incluir, na
400 Câmara Técnica, um representante da ANCINE, por ser um órgão fiscalizador na área.

401 O Conselheiro Paulo Knauss destaca a importância do trabalho sobre o glossário e
402 pergunta se existe algum plano de preservação de acervo digital fotográfico nos
403 governos estaduais, especialmente as fotografias da comunicação social e propaganda
404 estatal. O Conselheiro Roberto Andrade informa que o mesmo problema é encontrado
405 nos municípios. Marcelo Siqueira informa que vai incluir as normas técnicas na página
406 da Câmara. Sobre as reuniões públicas, Marcelo responde que os membros da Câmara
407 pretendem gravar e disponibilizar todas as discussões do I Seminário, na Internet, bem
408 como criar um blog que serviria como ferramenta de comunicação entre a Câmara e a
409 sociedade. Por fim, Marcelo diz que pretende entrar em contato com vários órgãos sobre
410 os trabalhos da Câmara, mas a escolha dos participantes da Câmara foi feita de forma a
411 manter uma igualdade entre os diversos gêneros de documentos audiovisuais. Marcelo
412 finaliza sua apresentação dizendo que é de extrema importância a comunicação da
413 Câmara com os arquivos públicos estaduais e municipais. O Conselheiro Paulo Knauss
414 comenta que boa quantidade de acervo audiovisual é doado para museus,
415 principalmente para o Museu da Imagem e do Som, o que mostra que essa
416 documentação sequer é vista como documentação pública. É encerrada a apresentação
417 da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais. Continuando, o Presidente Jaime
418 apresenta alguns informes, a saber: sobre a publicação de estímulo à criação de
419 Arquivos Municipais, Jaime comunica que o material já se encontra em editoração no
420 Arquivo Nacional e que já foram feitos contatos com o Senado Federal para que edite
421 15 mil exemplares da publicação. Sobre a distribuição dessa publicação, o Presidente
422 Jaime informa que, para isso, pretende realizar uma parceria com os arquivos públicos
423 estaduais. O Presidente do CONARQ diz ainda, que tentará uma reunião com a SECOM
424 / PR para realizar uma campanha de mídia sobre a importância dos Arquivos
425 Municipais.- Sobre o Estágio Nacional de Arquivos, o ENA, pretende-se realizar
426 edições, em 2011 e 2012, convidando servidores públicos estaduais para participarem
427 de um programa integrado que depois poderia ser estendido também aos municípios. A
428 Conselheira Maria do Carmo diz que a campanha com os servidores poderia ser
429 ampliada para os arquivos públicos municipais das capitais, já que muitas vezes esses
430 arquivos atuam como referências para outros arquivos públicos municipais. O
431 Presidente Jaime relembra as deliberações do plenário: - a criação da Comissão Especial
432 que revisa o decreto que regula a profissão do arquivista, que será composta com a
433 ajuda de Daniel Beltran;- a revisão do grupo de trabalho que revisará a Resolução nº 6
434 do CONARQ, aumentando, inclusive, o número de seus membros; - a criação de uma

435 comissão especial que revisará a resolução do CONARQ sobre websites de arquivos,
436 que será composta com a ajuda do Conselheiro João Batista indicando nomes. Marilza
437 Britto enviará e-mail ao CONARQ sobre a criação da Câmara Setorial de Arquivos do
438 Setor Elétrico ou reformulação da Câmara Setorial de Empresas Privatizadas ou em
439 Processo de Privatização. Ainda sobre o assunto, Jaime sugere que se entre em contato
440 com o Fórum de Executivos das Agências Reguladoras sobre a lei de privatização, a
441 qual determina que no processo de privatização deve-se ter cuidado especial com os
442 acervos dessas empresas. As agências reguladoras federais podem diligenciar nesse
443 sentido junto às empresas privatizadas. O contato com o Fórum será intermediado pelo
444 Conselheiro José Esteves, da ANVISA. O Conselheiro Daniel Beltran pergunta se, no
445 setor elétrico, existe a figura das sociedades de propósito específico – SPE, consórcios
446 de caráter temporário, compostos por entes públicos e privados, para realização de
447 construção de hidrelétricas e outros empreendimentos. O Conselheiro informa que não
448 existe nos contratos desses consórcios previsão do que será feito com a documentação
449 por eles produzida. Jaime concorda que esse tema poderá ser incluído nas futuras
450 discussões da Câmara a ser criada. Concluindo, o Presidente Jaime encerra a reunião
451 distribuindo um CD contendo relatório sobre os 15 anos de atividades do CONARQ,
452 além de publicações do Arquivo Nacional. A próxima reunião do CONARQ está
453 marcada inicialmente para junho de 2011. O presidente encerra a reunião com votos de
454 boas festas e próspero 2011 para todos os Conselheiros. Foi lavrada a presente ata que
455 vai por mim assinada.